



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no auditório do edifício dos paços do concelho, salão nobre da câmara municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO DOIS – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO APRESENTADA PELO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SETENTA E SETE DA LEI NÚMERO SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS NÚMERO OITENTA E DOIS – D BARRA DOIS MIL E CATORZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO E SESSENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JUNHO. -----

PONTO TRÊS - APRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA LEI NÚMERO QUARENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E OITO DE AGOSTO. -----

PONTO QUATRO - APRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM. --

PONTO CINCO – APRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM. -----

PONTO SEIS - APRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO. -----

PONTO SETE - APRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA. ----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO OITO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE UMA VIATURA DE DEZASSETE LUGARES À JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, ALTERADA PELAS LEIS VINTE E CINCO BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE TRINTA DE MARÇO E SESSENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JUNHO. -----

PONTO NOVE - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO AO ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO, E OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO DEZ - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO, E OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO E DE ACORDO COM A ALÍNEA C), DO NÚMERO UM, DO ARTIGO SEIS, DA LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, REPUBLICADA PELA LEI NÚMERO VINTE E DOIS BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSETE DE MARÇO. -----

PONTO ONZE - APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO E FIXAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA, DAS TAXAS PARA VIGORAREM EM DOIS MIL E DEZASSEIS, DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, NO RESPEITO PELO PREVISTO NOS NÚMEROS CINCO E UM DO ARTIGO CENTO E DOZE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E OITENTA E SETE BARRA DOIS MIL E TRÊS - DO NÚMERO DUZENTOS E SESSENTA E DOIS DE DOZE DE NOVEMBRO, QUE APROVOU O CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS COM AS ALTERAÇÕES DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – A BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOVE



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DE DEZEMBRO, CONSIDERANDO TODAS AS ALTERAÇÕES, SENDO A ÚLTIMA COM A LEI NÚMERO OITENTA E TRÊS – C BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO. -----

PONTO DOZE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA DOIS MIL E DEZASSEIS, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E SEIS DA LEI NÚMERO SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA C), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO TREZE - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DERRAMA PARA DOIS MIL E DEZASSEIS, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO CATORZE DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PONTO CATORZE - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,25%. DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, NOS TERMOS A ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS COM ALÍNEA B) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, AMBOS DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A LEI NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E QUATRO, DE DEZ DE FEVEREIRO (LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS) E POSTERIORES ALTERAÇÕES, A ÚLTIMA DAS QUAIS INTRODUZIDA PELA LEI NÚMERO QUARENTA E DOIS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE JULHO. -----

PONTO QUINZE - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM, CONSTANTES NO EDITAL E NO ANÚNCIO PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA, II SÉRIE COM O NÚMERO CENTO E CINQUENTA E OITO NO DIA QUATRO DE AGOSTO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

PONTO DEZASSEIS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM PARA QUE AUTORIZA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA CONSTRUÇÃO DO COMANDO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DO DISTRITO DE SANTARÉM, O QUAL IMPLICARÁ A REPARTIÇÃO DE DESPESA EM MAIS DO QUE UM ANO



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ECONÓMICO, NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E DOIS DO DECRETO-LEI NÚMERO CENTO E NOVENTA E SETE BARRA NOVENTA E NOVE, DE OITO DE JUNHO, EM VIGOR POR REMISSÃO DA ALÍNEA F) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CATORZE DO DECRETO-LEI DEZOITO BARRA DOIS MIL E OITO, DE VINTE E NOVE DE JANEIRO, E CONCEDA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO NÚMERO UM, DO ARTIGO SEIS, DA LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, REPUBLICADA PELA LEI NÚMERO VINTE E DOIS BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSETE DE MARÇO. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo senhor presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com o número um, alínea **b)** do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (presidente da mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida Filipe (segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Manuel Bastos Martins; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; Alfredo da Silva Trindade; João Miguel Gonçalves Lopes; José Manuel Coutinho Lopes; Gustavo Gaudêncio da Costa; Filipe Alexandre Ribeiro Rego; Rui Manuel de Oliveira Pinto Pires; Maria Antonieta Rodrigues Grazina de Loureiro Oliveira; António Manuel da Cruz Martins; Ana Lúcia Gomes Ribeiro; Eduardo Rodrigues Oliveira; Domingos Manuel Monteiro Martins; Maria José Duarte Serôdio Dias; Carla Marina Sousa de Jesus Silva; Pedro Jorge Lourenço Marques Pereira; Maria José Carvalho Marques Cardoso; João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Manuel de Deus Catalão (presidente da Junta de Almeirim); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (presidente de Junta da Raposa); Cândida Isabel Conceição Lopes (presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do executivo municipal o senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (vice-presidente), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (vereadora); Eurico Manuel Lopes Henriques (vereador), Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (vereadora) e Manuel Sebastião Duarte Lopes (vereador). -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- Registo de faltas: Joaquim Francisco Leonor Sampaio (vereador) e José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Movimento Zé Gomes). -----

----- Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, declarou o senhor presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e quinze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Boa noite a todo o executivo municipal, deputados municipais e público presente. Existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e quinze. -----

Estão presentes vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem esta Assembleia. Ou seja, dezasseis elementos do grupo do PS, três do grupo da CDU, dois do Grupo do MICA e três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por vos dar conta da correspondência recebida. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofícios com assuntos a incluir na sessão extraordinária da Assembleia Municipal no mês de julho e sessão ordinária do mês de setembro e Ofício a enviar convocatória para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação.-----

MUNICIPALIA: Ofício a enviar convite para participar na LLEIDA – Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais, que se realiza entre os dias treze e dezasseis de outubro, em Espanha. -----

Junta de Freguesia de Raposa – Ofício a enviar convite para a sexta “Prova de Arroz Doce” da Freguesia. -----

Junta de Freguesia de Almeirim – Ofício a enviar convite para estar presente no almoço do nono encontro da Terceira Idade, que se realiza no dia dezoito de outubro no Salão Moinho Vento. -----

Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim – Ofício a enviar convite para participar no Almoço do Idoso, que se realizou no dia doze de setembro no Salão da Quinta da Feteira. -----

Associação Cultural e Recreativa de Marianos e Murta – Ofício a enviar convite para estar presente na inauguração da Festas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Associação 20km de Almeirim – Ofício a enviar convite para estar presente na cerimónia de entrega de prémios da 29ª edição da prova de atletismo que se realiza este ano no dia vinte e cinco de outubro. -----

Alda Paula Ferreira Melro Leandro: Ofício a enviar exposição sobre a liquidação da ALDESC; E.M. -----

Pedidos de justificação de falta à sessão ordinária de setembro: -----

MANUEL VIRGINIA LOURENÇO – Ofício a enviar justificação de falta e pedido de substituição. -----

----- * **Votação da ata** da sessão ordinária do dia vinte e cinco do mês de junho de dois mil e quinze. Aprovada com vinte e dois votos a favor, quinze do grupo do PS, dois do grupo da CDU, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo MICA. Duas abstenções, uma do grupo da CDU e uma do grupo do PS. -----

----- * **Votação da ata** da sessão extraordinária do dia treze de julho de dois mil e quinze, com vinte e dois votos a favor, quinze do grupo do PS, três do grupo da CDU, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo MICA. Uma abstenção do grupo do PS. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos aos assuntos de interesse municipal. Estão abertas as inscrições e o período para a sua discussão e apreciação. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Relativamente a este, pedi à Mesa para falar, para expor uma situação, da qual tive conhecimento, que é a pouca conservação de equipamentos sociais do Concelho, pelo menos de um caso em particular. Nós entendemos que algumas razões para problemas em algum equipamento social está relacionado com a sua conservação. Se o equipamento está avariado, entendemos que deve ser reparado. O mesmo se aplica a reparações resultantes de vandalismo, para os cidadãos não serem privados ou prejudicados pela anomalia ou avaria. Dessa mesma, devo dizer que na passada semana estive presente no parque infantil da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim, onde presenciei o problema de falta de conservação, que parece ter origem em vandalismo e não em avaria. Por isso, entendemos que devemos dar os equipamentos aos cidadãos por forma a serem utilizados por todos. Alguns dos equipamentos estão queimados, algum do chão foi levantado e há existência de um portão sem cerca à sua volta. -----

Esta minha observação serve para este caso, mas também para outros. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Devemos reparar os equipamentos, independentemente do motivo porque estão avariados ou estragados. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais questões colocadas pelos Senhores Deputados, dou a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» O evento que o Senhor Deputado João Lopes fala foi na sexta-feira. Estive naquele local na semana anterior, e pude verificar o que disse o Senhor Deputado. A questão do vandalismo terá acontecido entre segunda-feira e sexta-feira. Como disse, logo que constatei informei os serviços e já mandámos reparar. Neste caso fui eu que vi, mas em muitos casos se não forem os cidadãos a avisar, o que acontece é que muitas vezes só são intervencionados depois desse alerta ou quando os serviços o detetam. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções vamos apreciar um voto de louvor apresentado pelo grupo do partido Socialista. -----

-----Voto de Louvor-----

JOAQUIM CATALÃO (Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim) »» No passado dia doze de setembro de dois mil e quinze, Portugal sagrou-se Campeão Europeu de Hóquei em Patins na categoria de Sub-17. Nesta equipa destacou-se Frederico Neves, jovem atleta almeirinese, que desde tenra idade tem demonstrado uma enorme vocação e grande aptidão para o hóquei em patins. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Almeirim, em reunião do dia trinta de setembro de dois mil e quinze, expressa um voto de louvor pelo trajeto desportivo do Almeirinese, Frederico Neves, que apesar da sua juventude já possui um curriculum recheado de sucessos desportivos e pela forma como tem levado o nome de Almeirim por todo o mundo. -----

----- * **Votação do Voto de Louvor a Frederico Neves**, pelo trajeto desportivo do Almeirinese Frederico Neves: aprovado por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três do grupo da CDU e três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo inscrições para os assuntos deste período, dou por terminado o período da ordem do dia, passando de imediato ao primeiro ponto do período da ordem do dia, que como é habitual, se inicia com a apreciação da informação escrita. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por dar a palavra ao senhor presidente da câmara para fazer a introdução que entender. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Penso que a informação é suficientemente explícita e detalhada. Caso seja necessário, farei os esclarecimentos no final. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Boa noite a todos os presentes. -----
Sobre a informação escrita apresentada a esta Assembleia, destacamos alguns pontos que merecem serem salientados. Um dos pontos, é sobre o final da primeira fase das obras de requalificação das antigas Escolas Velhas. Esta fase terminou, o seu objetivo era terminar com o declínio físico que se vinha a acentuar, e só por esse facto e tendo em conta a história do edifício que nos merece esta observação. Por tal facto, congratulamo-nos pela sua recuperação. -----

Outro ponto que entendemos salientar é a adjudicação da ponte sobre a vala em Benfica do Ribatejo. Esta obra é uma aspiração da grande parte dos habitantes da freguesia de Benfica do Ribatejo e de muitos cidadãos e agricultores que necessitam de fazer aquela travessia com regularidade. Ainda sobre este assunto, também foi adjudicado o projeto de requalificação da antiga ponte, que no futuro terá uma utilização apenas pedonal. -----

Gostaríamos ainda de referenciar as quinhentas luminárias em led que o Município está a substituir pelas existentes de vapor de sódio. Esta substituição irá permitir uma poupança significativa para a Autarquia, para além das vantagens ambientais. -----

Também gostaríamos de referir nesta vasta informação que o Pólo da Biblioteca Municipal de Almeirim está numa fase muito avançada. É mais uma obra importante para todos que vivem na freguesia. -----

Por fim, entre muitas outras, fazemos referência ao Festival de Gastronomia da Sopa da Pedra e do Petisco, que este ano como todos sabem, mudou de local. Esta deslocação para o Parque das Tílias, na nossa opinião foi uma aposta ganha. O local possui condições excecionais, com mais apetência para este género de eventos, dada a proximidade com a maioria da grande restauração e os amplos espaços de estacionamento e acessibilidade. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente a este ponto gostávamos de saber se existe alguma alteração relativamente a alguns dos processos que se encontram em contencioso, se existe alguma alteração ao processo da ALDESC. Também gostávamos de fazer referência a uma situação um pouco



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estranha no que toca à liquidação da ALDESC, pois se formos ver a data em que foram depositadas as contas aprovadas, as contas do ano dois mil e nove, dois mil e dez e dois mil e onze, no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e catorze, as mesmas foram depositadas sem reservas e sem enfases. Depois, em vinte e cinco de novembro faz-se o encerramento das mesmas e à posteriori, no dia cinco de dezembro existe um novo depósito de contas, neste caso já com reservas e com enfases, mas apenas para o anos de dois mil e dez e dois mil e onze. Gostaríamos de perceber o que se passou, dado que foi o Município de Almeirim que fez este mesmo depósito. Esta informação é pública. Pode-se perfeitamente aceder a ela. -----

Relativamente a uma empresa à qual o Município pertence via RESIURB, neste caso a ECOLEZÍRIA, gostaríamos também, e já que o Senhor Presidente pertence ao órgão, que nos explicasse as razões desta reserva. Ou seja, de uma situação muito grave vista pelo auditor da ECOLEZÍRIA por causa de um crédito relativa ao Município do Cartaxo. Se esse crédito do Cartaxo origina esta dívida tão grande que o Revisor Oficial de Contas (ROC), pode ou não algum desembolso por parte da RESIURB. -----

Relativamente às contas propriamente ditas, que são aqui apresentadas, apenas temos aqui duas, sendo que uma não é bem um reparo, mas sim uma questão. Gostaríamos de saber o que é que o Município vendeu, que lhe rendeu cerca de cento e trinta e sete mil euros. -----

Finalmente, observar que a esta data a execução orçamental que aqui está presente indicia que vamos terminar o ano com despesas correntes próximas dos cem por cento, mas com despesas de capital, nesta data de quarenta e quatro por cento, dificilmente chegaremos aos setenta por cento no final do ano das despesas de capital, por isso gostaríamos de saber quais são as grandes obras, de grande valor, que foram orçamentadas e que não foram cumpridas. -----

CRUZ MARTINS »» Muito boa noite. Sobre esta informação escrita, gostaríamos de ter informação por parte do Senhor Presidente sobre o processo da ALDESC e sobre a liquidação do mesmo, assim como as aparentes irregularidades com os pareceres do ROC aqui colocadas, com tal, as questões que tínhamos para colocar sobre este assunto são exatamente as mesmas. Ainda sobre a informação que nos presta, gostaríamos de saber se aconteceu alguma coisa substancial na reunião da CIMLT com os responsáveis pela POSEUR. Sobre a opção da alteração das luminárias para tecnologia LED, congratulamo-nos pela opção e também gostaríamos de saber se existe alguma zona ou zonas definidas para essa substituição, ou se vai ser em termos genéricos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Renovamos a informação que é prestada entre outras, mais extensa é sobre a cultura e património cultural, que é bastante extensa e que de alguma forma é particularizada. Nós sobre este aspeto verificamos uma utilização superior a outros tempos do Cineteatro como do Centro Cultural das Fazendas, são duas estruturas que custaram bastante ao erário público, mas que entendemos que estão a ser subutilizadas. Pela discricção que é feita para estas duas infraestruturas o que nos parece é um processo de *outsourcing*. Embora não seja a Câmara que tenha de ser o agente exclusivo da produção de cultura e de outros conteúdos, entendemos que está muito pouco presente com as raras exceções que são as iniciativas na obra do jardim e os tempos livres de verão. Gostaríamos de ver estes espaços mais utilizados para os fins que foram edificados. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções sobre o assunto, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Começo pelo fim. Sobre as luminárias, os locais são sobretudo aqueles de maior concentração urbana e de maior consumo, como é o caso da Zona Norte, um conjunto de ruas e avenidas que possuem luminárias de vapor de sódio com consumos mais elevados. Iniciamos esta substituição por aqui para permitir a redução de consumos em locais que facilmente se verifica que o resultado é vantajoso em termos económicos e também ambientais. -----

É uma experiencia que estamos a fazer. Os fundos comunitários supostamente teriam dinheiro para este tipo de intervenções, o problema é que a eficiência é tal nos fundos comunitários, que nesta altura ainda ninguém sabe como é que vai utilizar os mesmos em relação a este projeto. Isto servirá como um empréstimo e a funcionar como tal, e conjugado com a informação que fomos ouvindo e transmitida, é que nós devolveremos os setenta por cento da poupança durante sete anos. Se assim for, devolveremos dos sete anos, duzentos ou trezentos mil euros a mais do que aquilo que nos emprestaram. Portanto, não é grande negócio e se assim for, encontraremos outra forma, Na prática, o que estamos a fazer é também perceber com os dados que temos, se o investimento que fizemos acabará por ter um retorno entre dois anos e meio a três anos. -----

Ou seja, os setenta e quatro mil euros mais IVA estão recuperados. -----
Em relação ao Cine-teatro e Centro Cultural das Fazendas, ainda bem que somos todos insatisfeitos. Por norma vou a todas as iniciativas e tenho pena de não conseguir ir a mais. E gostava de ver mais deputados desta Assembleia nestas iniciativas, seria bom sinal. Temos tidos Teatro, Stand Up, Teatro de Revista, artistas de nome nacional e internacional, recentemente fizemos ópera, o que é um pouco diferente, mas para



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

outros gostos, De certa forma temos procurado diversificar a nossa oferta, indo um pouco ao encontro de todos os gostos. -----

Acho que temos vindo a ter um conjunto de ofertas, aqui e nas Fazendas de Almeirim, que tem sido do agrado do público. -----

Estamos a gerir os acontecimentos em função da sua periodicidade de modo a garantir sempre público. Mais que isto seria comprometer as bilheteiras dos espetáculos. -----

Naturalmente que esta oferta tem de ser com conta, peso e medida. -----

Permita-me que discorde sobre o facto de estar subaproveitado, tendo em conta as inúmeras iniciativas que realizamos. -----

Sobre o ROC e o Município do Cartaxo, isto é muito fácil. O assunto do Município do Cartaxo é do conhecimento público, não vou dizer nada que não se saiba. O Cartaxo já pagou meio milhão e devia cerca de dois milhões e trezentos mil euros de resíduos.

Para o ROC esta dívida é um problema, mas que não tem solução, nas contas não previsões nem nada que se pareça para o sector público. É verdade que deve, e como nós sabemos a situação financeira do Cartaxo é do vosso conhecimento. Sabemos que o Município está inscrito no famoso FAM, onde se inclui esta dívida que será paga de acordo com a calendarização aplicada. -----

Finalmente, informar que vendemos dois terrenos na Zona Industrial de Almeirim, cujo valor é próximo do que indicou. -----

Sobre a ALDESC, já procurei saber, e também já me explicaram, nós entretanto também já respondemos. Também como sabe, o caso está em Tribunal, e este há-de decidir sobre o assunto. -----

Relativamente a execução orçamental, a grande diferença é sobre duas grandes obras, que são importantes e que atrasaram. Uma delas é a Reserva Logística e com o Comando Distrital de Operações de Socorro. -----

Gostaria de informar ainda que o total das nossas receitas é superior ao total das nossas despesas. As despesas correntes são inferiores às despesas correntes em cerca de cinco por cento. As despesas de capital são maiores que as receitas de capital, que quer dizer, posso estar enganado, estamos a desviar, no bom sentido dinheiro daquilo que são as despesas correntes para obras de investimento, o que eu entendo salientar, sobretudo nos momentos que atravessamos. -----

Por último, sobre a intervenção do Senhor Deputado Gustavo Costa, dizer-lhe que o Festival é para continuar no Parque das Tílias e confirmar o que disse, que a aposta foi claramente ganha. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Agradeço as intervenções dos Senhores Deputados e da qualidade das respostas que foram dadas pelo Senhor Presidente da



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Câmara. Porque o assunto é importante, vou permitir que se faça uma segunda volta sobre estes assuntos.-----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Pedi a palavra para pedir um esclarecimento, uma vez que só respondeu a uma das questões relativamente à ALDESC. Uma sobre o andamento do processo judicial e outra sobre o depósito das contas, que foi refeito depois. Quanto às contas de dois mil e nove estarem com uma certificação legal de contas que não corresponderá àquilo que foi aprovado na reunião de Câmara. Fiquei com a sensação que o Senhor Presidente só respondeu à questão do processo judicial. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Tinha-lhe dito que em tempos já tive essa explicação, que está relacionada com a forma como é depositada e outra é enviada. Sobre o assunto, posso é pedir ao ROC para lhe fazer a explicação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Para dar este assunto por encerrado, agradecia que o Executivo fizesse chegar ao Deputado João Lopes aquilo que foi a explicação do ROC. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento sobre a minha intervenção anterior, concretamente sobre as estruturas do Cine-teatro de Almeirim e o Centro Cultural de Fazendas de Almeirim. A minha intervenção foi de acordo com o que está mencionado na Informação Escrita. Não tem a ver que o que se fez antes. Das duas uma, ou faltam aqui coisas escritas, ou então estão aqui coisas que não deviam. Admitindo que há um período sabático de junho até setembro, referir-me ao que está na informação e não ao que foi realizado anteriormente. O que falo é sobre a utilização das estruturas e não de atividades. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Julgo que posso dar por encerrado este ponto, muito frutuoso e muito esclarecedor. -----

Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos. -----

PONTO DOIS – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO APRESENTADA PELO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SETENTA E SETE DA LEI NÚMERO SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS NÚMERO OITENTA E DOIS – D BARRA DOIS MIL E CATORZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO E SESSENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JUNHO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão deste ponto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente às contas propriamente ditas, existem sempre as questões técnicas e as questões de gestão, que no fundo é a questão política. Se a gestão está ou não a ser bem feita, sendo isto uma apresentação de contas do semestre, não nos parece que seja o tempo certo para fazer uma avaliação de gestão sobre um orçamento que é anual, pelo que nos vamos abster de fazer esses comentários, dado que já o fizemos nas informações escritas. -----

Assim, começo por perguntar porque é que em dois mil e quinze existem dois milhões e meios de amortizações e em junho de dois mil e catorze não existe nada. Se este detalhe está relacionado com alguma falta de decimalização que entretanto tenha vindo a ser feita, porque dois milhões e meio de euros ainda é uma quantia significativa. -----

Gostaria também de saber se foi feita alguma previsão para processos judiciais, e quais são esses mesmos processos alvos dessa previsão. Questionar também qual é o montante de saldos de cobrança duvidosa em mora há mais de doze meses que exista um elevado grau de incobrabilidade e que não tem previsão, que está aqui referido pelo ROC. -----

Por último, relativamente à gestão, atendendo a algum pouco gasto que tem havido no que diz respeito às despesas de capital e atendendo aos aumentos ao longo dos anos no total das receitas, não só pelo aumento das transferências correntes via Orçamento de Estado mas também via aumentos da carga fiscal que o município tem incorporado. O Município de Almeirim tem aproveitado para fazer diminuir a sua dívida para com a banca e com os fornecedores, pelo que nos parece que começa a haver alguma gestão um pouco eleitoralista, uma vez que este está basicamente a pagar dívidas e não está a dar os equipamentos sociais nas alturas mais prementes, pelo que gostaríamos de ter algum comentário sobre este assunto. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Algumas das questões que tínhamos a colocar já aqui foram postas , pelo que aguardamos pela resposta do Senhor Presidente. -----

Começaria por saudar o executivo pelo indicador Prazo Médio de Pagamentos que atualmente se encontra em sete dias. Este indicador é importante para a credibilidade do município junto dos fornecedores e espero que esteja a ser utilizado como argumento na negociação com os mesmos. É bom que todos saiam a ganhar. -----

Igualmente importante é que as contas reflitam a realidade e por isso concordamos com o auditor quando este reafirma o que já anteriormente tinha dito: há necessidade que sejam constituídas provisões para os valores de cobrança duvidosa registados em clientes e utentes. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Acredito que não está a ser adotada a mesma estratégia da ministra, então secretária de estado, Maria Luís Albuquerque, para as contas da PARVALOREM, daí tornar-se premente a constituição de provisões. -----

Na informação económica e financeira, verificamos um nível de execução da receita inferior ao período homólogo do ano passado. -----

O Plano Plurianual de Investimentos apresenta um nível de execução muito baixo como já vem sendo hábito. Achamos ser importante, quando da definição da PPI, estabelecer objetivos realistas e atingíveis. Inflacionar o PPI com intenções é atirar areia para os olhos dos munícipes. Aguardemos pelo fim do ano para se poder aferir se estamos ou não perante um PPI para encher o olho. -----

Relativamente aos empréstimos de MLP, assinala-se a amortização antecipada de alguns deles, os associados ao PAEL. Contudo, a não ser que haja outros elementos, parece-nos que teria sido mais positivo amortizar empréstimos com taxas de juro mais elevadas. Mesmo se tomarmos em conta que possa existir uma comissão por amortização antecipada, o diferencial da taxa de juro que chega a atingir dois vírgula quarenta e seis por cento, permitiria uma poupança que não é de desprezar. Claro que se tivéssemos a ficha técnica dos empréstimos, poderíamos ser mais exatos. -----

Por último, diria que achamos útil esta apresentação de contas intercalar. Vamos aguardar o fecho das contas na altura devida para formularmos a nossa posição.

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Começo por dizer que as questões que tive oportunidade de registar me deixam bastante contente. Já ouvi o Senhor Deputado João Lopes fazer uma série de perguntas ao contrário. Se ele as faz desta maneira, é sinal que as outras estão tratadas. -----

Começo por um assunto que o Senhor Deputado Cruz Martins falou e que o Senhor Deputado João Lopes não falou, prazo médio de pagamentos. Sobre esta observação, o que eu ouvi no último mandato falar sobre este assunto! Dizer que a câmara tinha o dinheiro, que não pagava aos seus fornecedores, que o saldo a fornecedores era elevadíssimo. Felizmente já não é tema de conversa, o que considero um bom sinal. Mas, deixe-me dizer-lhe que a informação financeira que está junto da Informação Escrita já não é verdadeira. A nossa dívida nessa data era de cerca de duzentos e quarenta mil euros, hoje fechamos o dia contabilístico e passamos o trimestre com uma dívida de onze mil euros. O que nós devemos hoje, dia trinta de setembro a fornecedores é cerca de onze mil euros. -----

Sobre as amortizações são questões claramente técnicas que não lhe consigo agora responder. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Em relação às previsões, de referir que não há ênfases, não há reservas por parte do ROC, também uma questão importante. A contabilidade tem feito um trabalho intensíssimo de forma a ter tudo certinho e a conseguir dar uma resposta cada vez mais rápida e adaptada às novas realidades. Temos vindo, numa série de áreas a estar muito à frente daquilo que são as exigências normais. Neste caso em particular, tem existido um esforço por parte dos funcionários nesta matéria. -----

Neste momento temos o processo da despesa perfeitamente controlado e automatizado, falta-nos efetivamente resolver algumas questões relacionadas com a receita, nomeadamente coisas antigas, como as cauções da água, que aproveito para informar esta Assembleia que quem tiver cauções para receber, anteriores a noventa e nove podem ser requeridas através da Direção Geral do Consumidor, entidade para a qual transferimos cerca de cinquenta e cinco mil euros destas cauções. -----

Finalmente, sobre a gestão eleitoralista, não sei bem como é que está ver o assunto. Nós temos vindo a fazer obras a meio do mandato, temos uma série de obras inauguradas e a funcionar. Obviamente temos outras para fazer. Assim, posso concluir que vou andar em campanha os quatro anos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A discussão deste assunto já vai longa, e também considero já foi suficientemente debatido, pelo que não havendo mais intervenções, vou passar ao ponto seguinte. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL DO MUNICIPIO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA LEI NÚMERO QUARENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E OITO DE AGOSTO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----
Não havendo inscrições, vamos passar à análise do ponto seguinte. -----
Como os quatro pontos seguintes são semelhantes no assunto, caso a Assembleia não veja inconveniente, os assuntos seriam debatidos e discutidos em conjunto, e no final seriam comentados pelo Senhor Presidente do Executivo. -----

Uma vez que todos concordam, atrevendo-me a fazer um pedido que vai um pouco no sentido de se conseguir alguma uniformização, algum modelo que possa servir de base de modo a que os relatórios passem a chegar à Assembleia, não iguais, mas semelhantes. -----

PONTO QUATRO - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM. --



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO CINCO – APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM. -----

PONTO SEIS - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO. -----

PONTO SETE - APRECIACÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA. ----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Este assunto já foi falado na reunião da Comissão de Representantes. Verificámos que já existe alguma uniformidade na apresentação de informação nos relatórios, porém gostaríamos de referir, e não pretendendo elevar Almeirim nesta situação, parece-nos que o relatório de Almeirim podia servir bem como modelo de apresentação de todas as outras Juntas de Freguesia, nomeadamente porque tem agregadas as grandes despesas e as grandes rubricas, e não há necessidade de juntar toda a informação, como por lapso veio toda a documentação da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Discordo do Senhor Deputado Cruz Martins apenas numa coisa. O que nós entendemos que tem melhor apresentação é o modelo da Junta de Freguesia de Raposa. -----

Para além do ponto de vista formal, o que notamos é que realmente e em regra, o montante das transferências está a ser feito abaixo daquilo que são os gastos que as Juntas de Freguesias têm nas suas competências. Penso que este assunto é que será importante comentar pelo Executivo e pelos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições para a discussão deste assunto, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Gostaria de fazer um comentário genérico. Pegando nesta última intervenção do Senhor Deputado João Lopes, tenho consciência que as Juntas de Freguesia tem vindo a fazer um esforço muito grande com estas transferências, aliás, a Lei tem dado problemas um pouco por todo o lado, Houve Juntas que se recusaram a ter competências que supostamente a lei as dava, recusando, porque perceberam que seriam mais despesas que não tinham forma de as suportar. -----

Não tenho dúvidas nenhuma, no caso das nossas Juntas, da forma como fizemos estas negociações que permitiram estes protocolos e estas transferências, onde cada caso é um caso, pois nem tudo pode ser de forma igual. Nos casos concretos as Juntas conseguem, e dada a sua proximidade, gerir melhor que a própria Autarquia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sendo ainda uma novidade, tenho constatado que este modelo tem vindo a ser aperfeiçoado de forma progressiva, cada vez mais eficiente e eficaz. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais interessados em abordar este assunto, vamos passar ao ponto seguinte. -----

PONTO OITO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE UMA VIATURA DE DEZASSETE LUGARES À JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, ALTERADA PELAS LEIS VINTE E CINCO BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE TRINTA DE MARÇO E SESENTA E NOVE BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSEIS DE JUNHO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Verifico que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia se está a ausentar da sala. -----

Estão abertas as inscrições para a discussão deste assunto. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Sobre este ponto, gostaria de fazer um pequeno comentário. Se a Freguesia de Fazendas de Almeirim deseja o autocarro, tê-lo-á. No entanto, creio que o facto de ser entregue um autocarro desonera um bocado mais a Autarquia de Almeirim, daquilo que são as suas obrigações com a Freguesia, pelo que não sei até que ponto este pedido não seja um pouco o acrescentar de mais um compromisso e mais uma despesa. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este é um mini autocarro para substituir um outro mais antigo, que tem dezasseis anos e que atingiu o limite de idade que permite o transporte de crianças. Este trabalho já está a ser feito pela Junta de Freguesia de Fazendas. A Câmara entende e achou que a Assembleia concorda que já fazendo a Freguesia este trabalho, que continue a prestar este serviço. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação do ponto oito da Ordem de Trabalhos. -----

----- * **Votação do ponto oito da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de atribuição de uma viatura de dezasseis lugares à Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, com vinte e três votos a favor, quinze do grupo do PS, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), três do grupo da CDU e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto, vamos passar ao ponto seguinte. -----

PONTO NOVE - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO AO ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E A JUNTA DE



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO, E OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão do ponto nove. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Gostaria de sugerir que o ponto nove e dez fossem discutidos em conjunto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se não virem inconveniente, seguiremos a sugestão do Senhor Deputado João Lopes. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente ao ponto dez, sobre o contrato interadministrativo, gostaria de dizer que a cláusula primeira, não podia ter sido pior redigida. É claro aquilo que a Junta pretende, é claro a que se referem estes aumentos. Mas, colocar-se no objeto “considerando que a Junta passará a executar...considerando...” não é o tipo de coisa que se ponham no objeto. No objeto é suposto dizer-se especificamente o que está ser entregue e o que está a ser contratado entre as partes. -----

Do ponto de vista formal, e por uma questão de clareza, estar devidamente balizado o que é que efetivamente se está a contratar. -----

Quanto às verbas, apenas para referir do que é pedido pela Junta de Freguesia, previsto um reforço no orçamento temos cerca de oito mil euros até ao final do ano. No entanto, nestes mapas que estão anexos acaba por haver alterações. Pergunto se isto é um acréscimo relativamente a estes valores ou eram os valores que já estavam? -----

Relativamente aos transportes escolares, tanto quanto percebi ele não existia, e agora está aqui uma verba de mil e oitocentos euros para esse serviço de transportes escolares, sendo que o previsto é de trezentos euros vezes três meses. No fundo este documento não está muito simples de ler, e não está muito transparente, por isso gostávamos de ter mais alguns esclarecimentos antes da votação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dado que estamos neste momento a discutir e a apreciar estes ponto, voltava a perguntar se alguém pretende inscrever-se para a discussão do ponto nove e dez? -----

A votação será necessariamente em separado. -----

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A questão do valor efetivo para essas componentes ronda os mil euros mensais, e está relacionado com o reforço dos transportes escolares, a Fonte Branca e a manutenção da estrada, cada uma com valores



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

diferentes. O outro valor, dos cinco mil euros, é uma importância genérica que temos com as várias Juntas de Freguesia e que é relativo à especificidade da manutenção de equipamento. Esta verba só é acionada no caso de haver necessidade. -----

Se não existirem problemas com máquinas ou viaturas, não há disponibilização de verba. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estando os dois pontos devidamente discutidos e esclarecidos, vou primeiramente colocar à votação o ponto nove e depois o ponto dez. –

----- * **Votação do ponto nove da ordem de trabalhos** - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de aditamento ao acordo de execução entre o Município de Almeirim e a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, com vinte e três votos a favor, quinze do grupo do PS, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), três do grupo da CDU e dois do grupo do MICA. -----

----- * **Votação do ponto dez da ordem de trabalhos** - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de aditamento ao contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Almeirim e a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, e obtenção de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual, com vinte e três votos a favor, quinze do grupo do PS, três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), três do grupo da CDU e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não há declarações do voto? -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Votamos favoravelmente estes dois pontos, dado que eles são importantes para a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo e para os seus cidadãos. No entanto, no futuro, gostaríamos que algumas formalidades jurídicas que podem não parecer importantes, acabam por ter mais importância, principalmente se algum dia um destes assuntos cair numa zona cinzenta. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à apreciação e discussão do ponto onze da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO ONZE - APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO E FIXAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, DE ACORDO COM A PROPOSTA APRESENTADA PELA CÂMARA DAS TAXAS PARA VIGORAREM EM DOIS MIL E DEZASSEIS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, NO RESPEITO PELO PREVISTO NO NÚMERO CINCO E UM DO ARTIGO CENTO E DOZE DO DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E OITENTA E SETE BARRA DOIS MIL E TRÊS - DO NÚMERO DUZENTOS E SESSENTA E DOIS DE DOZE DE NOVEMBRO QUE APROVOU O CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS COM AS ALTERAÇÕES DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – A BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO, CONSIDERANDO TODAS AS ALTERAÇÕES, SENDO A ÚLTIMA COM A LEI NÚMERO OITENTA E TRÊS – C BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão desde já abertas para a discussão deste ponto. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente a este ponto, cumpre-me dizer que na altura que foi votado e é proposto no dia dois de setembro, e depois a sua votação no dia sete de setembro, o nosso Grupo ainda não tinha tido conhecimento da Lei cento e trinta e dois de dois mil e quinze. Esta Lei, que data de quatro de setembro tem um impacto muito significativo naquilo que nós vamos apreciar e votar. Isto porque esta Lei basicamente adia a redução do IMT, ou seja, durante algum tempo entendemos que, a cumprir-se o que estava previsto na Lei das Finanças Locais, que o IMT iria ser reduzido até finalmente ser extinto. Acontece que não vai ocorrer ainda da forma como estava previsto, e portanto a redução vai apenas de um terço do IMT, apenas acontecerá em dois mil e dezassete. Sendo este o cenário atual, que não era um cenário conhecido por nós na altura da votação, faz todo o sentido colocar em causa aquilo que aconteceu e foi proposto pelo Município. A Autarquia de Almeirim obteve um aumento significativo do IMI nos últimos anos porque, como toda a gente sabe, principalmente aqueles que tiveram os seu prédios avaliados. Haviam muitos prédios antigos que não estavam avaliados de acordo com o Código do IMI que entrou em vigor em um de dezembro de dois mil e três, pelo que foi feita uma reavaliação de todos os que faltavam, e isso aumentou muito os valores patrimoniais tributáveis para os prédios mais antigos que era a esmagadora maioria, e nesta medida o Município de Almeirim que recebia um vírgula seis milhões de euros, passou a receber dois vírgula quatro milhões de euros. São oitocentos mil euros a mais de aumento, que vão direitinho para os cofres do Município, vindo do bolso dos cidadãos que residem em Almeirim. -----

Assim sendo, já nesta altura entendemos que devia ser considerado que pelo menos uma alteração que tinha sido proposta pelo Governo, que está relacionado com as famílias que têm filhos, alguma redução no pagamento do IMI para as famílias que tem



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

filhos. Nós, neste momento temos a plena convicção que isso deveria ocorrer. Caso por qualquer motivo, o Executivo entenda que não deve fazer essa mesma redução de taxa de acordo com o número de dependentes a seu cargo, que é uma coisa nova que está prevista no número treze do artigo número cento e doze do Código do IMI, que recorde, é uma redução de dez por cento para um dependente, quinze por cento para dois dependentes e vinte por cento para três dependentes. -----

Esta redução entendemos que é importante, que ocorra para dar algum apoio às famílias. Se o Executivo entender que esta redução não é benéfica para as famílias, então que possa distribuir um pouco mais daquele IMI. -----

Esta medida iria custar ao Município de Almeirim, caso fosse aprovada, com a taxa atual que está a ser proposta pelo Executivo de zero vírgula quatro por cento, a arrecadação será de cerca de dois vírgula quatro milhões de euros. Com uma taxa de zero vírgula três por cento seria um vírgula nove milhões de euros, mesmo assim o Município iria arrecadar mais do que já arrecadava no passado. -----

Relativamente às famílias o impacto, de acordo com uma estimativa e com os dados das famílias com dependentes, nós temos no Município de Almeirim cerca de quarenta e quatro cento de famílias com dependentes, cinquenta e seis por cento sem dependentes. A nossa estimativa teria um impacto de cerca de cento e trinta e três mil euros. É este valor que estas famílias iriam deixar de pagar. -----

Portanto, o que nós vamos fazer, e gostávamos que a Assembleia nos acompanhasse, era de vos pedir, de acordo com a existência deste novo elemento, se estiverem de acordo com uma redução do IMI para com as famílias do Concelho, a Assembleia rejeite este ponto, voltando o mesmo ao Executivo, para o reformular, visto ainda ter tempo para o fazer, dado que a sua comunicação pode ser feita até ao dia trinta de novembro. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Sobre esta matéria a posição da CDU é sobejamente conhecida. Entendemos que apesar das dificuldades que os Municípios atravessam, haverá sempre margem para fazer ajusto relativamente às famílias e a todos os seus munícipes. Com o aumento significativo que houve do IMI, mais razão nos é dada. Entendemos que havia aqui margem e forma de “distribuir” um pequeno apoio a todas as famílias. A questão do IMI para as famílias, nós não estamos de acordo com essa redução, porque entendemos que o que o Governo pretende fazer é a festa com o dinheiro dos cidadãos. Neste caso, com o dinheiro dos Municípios. Se o Governo está tão preocupado com as famílias, podia fazer uma coisa muito simples, como fosse a devolução ou voltar aos valores iniciais do abono de família. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Nesta matéria do IMI, entendemos que uma redução do valor, ligeira que fosse, beneficiaria todas as famílias e não só as famílias com dependentes. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Em relação a este ponto, efetivamente é um assunto sensível, embora não esteja de acordo com o Senhor Deputado João Lopes, por uma razão muito simples; nunca o ouvi nesta Assembleia pronunciar-se sobre as reduções que foram feitas às pensões e abonos de família. -----

A proposta que agora apresenta baseada numa lei do Governo não é aceitável. Se o Governo pretendia dar benesses aos cidadãos, que o fizesse na esfera das suas competências e não devolver essa decisão para as Câmaras Municipais. -----

Muito deste dinheiro, serve para pagar muita da alimentação de famílias carenciadas deste Concelho, responsabilidade que devia ser do Governo e não das Autarquias. -----

Este Governo não demonstra sensibilidade nenhuma nesta matéria. -----

Em certa medida concordo com um pouco daquilo que o Senhor Deputado do grupo da CDU disse. Estar a dar só às famílias com filhos, nesse caso devolva-se o abono de família. Se se quiser contemplar todos, então que a redução seja de forma a contemplar todos. Nesta matéria, entendo que quem tem a obrigação primeira de reduzir os impostos é o Governo. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Sobre esta matéria gostaria de dar alguns números que me parecem muito importantes. Primeiro aspeto, oitenta e cinco por cento dos impostos cobrados em Portugal, vão para a Administração Central, quinze por cento ficam nas Autarquias. Dizer também que da dívida pública que não para de aumentar, apesar dos défices cada vez estarem menores, noventa e cinco por cento dessa dívida é da Administração Central, três por cento é dívida da Administração Regional, Madeira e Açores e dois por cento é dívida da Administração Local. A Administração Local diminuiu em quatro anos a sua dívida de oito vírgula seis mil milhões de euros para cinco vírgula nove mil milhões de euros, que é conjunto de trezentos e onze Municípios. -----

Segundo um relatório de uma Universidade, em dois mil e nove a receita global dos Municípios era de oito vírgula nove mil milhões, e tudo isto para chegar ao assunto do IMI. -----

Em dois mil e catorze, essa receita baixou para sete vírgula três milhões, um vírgula seis mil milhões a menos, equivalente ao mesmo que tínhamos em dois mil e dois. -----

Porém, também aconteceram outras coisas que aumentaram em muito a nossa despesa. Dou como exemplo umas despesas que não estava prevista, que é do consumo de energia elétrica. Com o aumento do IVA, passamos a pagar por ano mais cerca de cento e cinquenta mil euros, isto só com o aumento do imposto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Os números estão aqui para quem os quiser consultar. Dizerem-nos para fazer estas diminuições é não ter em conta o esforço enorme que andamos a fazer no desporto escolar, na educação, na ação social para garantir uma oferta pública de qualidade, assim como é que o fazemos? Não é possível fazer tanta coisa com menos dinheiro. É o único imposto que efetivamente tem alguma expressão, tudo o resto infelizmente não tem muito significado. -----

Reformular estas taxas é contribuir para não se fazer muito do que até agora temos vindo a fazer em prol dos nossos munícipes. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Fico um pouco espantado quanto aos argumentos referidos neste assunto. Por momentos pensei que estava na Assembleia da República a discutir os cortes de pensões. Estando nós na Assembleia Municipal, entendo que devemos discutir os assuntos da sua competência, neste caso que a Assembleia Municipal de Almeirim pode deliberar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A discussão sobre este assunto já vai longa e julgo que foi suficientemente esclarecedora. Assim, não havendo mais inscrições para este assunto, vamos passar à sua votação. -----

----- * **Votação do ponto onze da ordem de trabalhos - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA**, a proposta apresentada pela Câmara das taxas para vigorarem em dois mil e dezasseis do Imposto Municipal sobre Imóveis, com dezasseis votos a favor do grupo do PS. Oito votos contra. Três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT), três do grupo da CDU e dois do grupo do MICA. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Apenas para referir que a bancada da coligação lamenta que tenham sido prejudicados os cidadãos do Concelho de Almeirim para termos um aumento das contribuições de cerca de oitocentos mil euros, aumento esse que poderia ter sido em parte transferido para as famílias do Concelho. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais declarações de voto, passamos à apreciação do ponto doze. -----

PONTO DOZE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA DOIS MIL E DEZASSEIS, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E SEIS DA LEI NÚMERO SETENTA E TRÊS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA C), DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

E CINCO DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para discussão sobre este ponto. -----

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto, passamos à sua votação. -----

----- * **Votação do ponto doze da ordem de trabalhos** - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta de participação variável no IRS para dois mil e dezasseis, apresentada pelo Executivo Municipal, com dezanove votos a favor. Dezasseis do grupo do PS e três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). Cinco votos contra. Três do grupo da CDU e dois do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto seguinte. -----

PONTO TREZE - APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DERRAMA PARA DOIS MIL E DEZASSEIS, APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTIGO CATORZE DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM A ALÍNEA D) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a discussão e apreciação deste assunto. -----

JOÃO LOPES (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» Relativamente à DERRAMA, este assunto já é uma velha batalha, para que ela seja Zero. No passado em consideração a alguns esforços orçamentais, principalmente no IMT, achamos por prudência que podíamos acompanhar o Executivo no sentido de não fazer esta mesma redução. Não havendo a redução do IMT, estamos a falar de cerca de duzentos e cinquenta mil euros de montante que as empresas teriam para investir, gerando riqueza e conseqüentemente mais trabalho no Concelho. Por essa razão entendemos ser de todo o interesse que ela fosse isenta, fomentando o investimento e a geração de emprego. Sobre esta proposta, temos até dezembro para enviar os dados ao Governo, aqui também gostaríamos de convidar as outras forças políticas a acompanharem a nossa proposta de isentar as impressas de DERRAMA. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Bem sabemos que a crise teve e continua a ter um impacto tremendo na economia em geral e nas empresas e nos cidadãos em particular. Contudo, achamos que é obrigação de todos procurarmos formas que atenuem esse efeito, sendo o mais importante a criação de emprego através da captação de empresas para o nosso concelho. Sobre este especto creio estarmos todos de acordo. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No nosso entender, a captação dessas empresas passa muito por implementação de políticas fiscais generosas, um marketing agressivo e moderno que não se esgote na promoção da sopa da pedra e de provas desportivas (não obstante o seu valor). Há que ter uma atitude proactiva, assente numa estratégia de captação de negócio seletiva apostando em empresas inovadoras e geradoras de emprego de qualidade, investindo na ligação das universidades às empresas, participando e promovendo fórum sobre atividade económica, em resumo, temos de nos saber “vender” bem! E o que se passa não é nada disto. A estratégia adotada, se é que existe, não está a resultar. Andamos muito contentes com a captação de estruturas ligadas à proteção civil, bombeiros, IVV mas todos sabemos ou desconfiamos que não vão ser grandes negócios para Almeirim. Não menosprezamos estes serviços, mas pela sua própria natureza não são grandes geradores de empregos nem de receitas. Aliás seria interessante que se fizesse um estudo para apurar o seu impacto líquido na economia local. Uma coisa já sabemos, foram e estão a ser consumidos recursos do município! Podemos ser o centro de importantes estruturas nacionais, mas isso não dá de comer, eventualmente, dará prestígio a algumas pessoas. -----

PEDRO PEREIRA (Grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) »» É com muito agrado que registei a intervenção do Senhor Deputado Cruz Martins. Do ponto de vista ideológico estamos separados, é impressionante que neste aspeto partilhemos a mesma opinião. Registrar apenas isso e subscrever por inteiro a intervenção do Deputado Cruz Martins. -----

Acrescentar apenas dois pontos; o primeiro é que a DERRAMA não tem uma importância vital para aquilo que é a atração das empresas, no entanto tem uma importância de “sinal”. O que quer dizer, é que o facto de o Município isentar as empresas de DERRAMA, e eu falo por mim, porque tenho empresas e sei exatamente o que é que os empresários passam, sobretudo quando avaliam os sítios para onde vão fazer negócio. -----

É um sinal importante que se dá ao tecido empresarial e aos empresários. ----- Mas não é só isso, é importante a parte da promoção, é sobretudo a segmentação estratégica daquilo que é importante trazer para o Concelho. Concordo cem por cento que as empresas de matriz tecnológica tenham aqui entrada, não esquecendo também o que é o nosso setor da agricultura com um enfase muito grande naquilo que nos parece que é um potencial, que é o setor da transformação. Nós temos um bom exemplo disso, que é a SUMOL+COMPAL, empresas que se podem desenvolver de forma pequena, como foi no passado, que tivemos empresa com bastante sucesso no nosso Concelho, como a GUMELO. Certamente, se criarmos as condições suficientes



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

para que as empresas no Concelho se estabeleçam, mas para isso temos de lhes mandar um sinal. -----

Tendo em consideração daquilo que foi a decisão passada, e relativamente ao IMI, já sabemos que temos aqui um encaixe que nos dá uma folga que permite eventualmente libertar esta questão da DERRAMA, dar apenas mais uma nota. Parece-nos que é muito importante dar outro tipo de sinal nesta matéria económica de atração de investimento de capital e de criação de emprego, seria nós criarmos aqui um centro de negócios, um centro de startups onde se dá espaços partilhados, do género de uma incubadora de empresas, que seria mais um sinal, não só aos jovens, mas sobretudo aqueles que querem iniciar o seu negócio. -----

Se nós temos uma folga orçamental de seiscentos mil euros, vamos aproveitá-la e dar um sinal aos jovens empresários e a todos aqueles que querem iniciar o seu negócio ou sediar as suas empresas em Almeirim, aprovando a isenção da DERRAMA. -----

Este é um sinal importante que podemos dar para contribuir ainda mais para o desenvolvimento de Almeirim. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Sobre este ponto da DERRAMA gostava de dizer aos meus colegas, agora unidos, que desvalorizam em termos de receitas para o Executivo esta DERRAMA, mas que parece para os empresários tanto valorizam. A pergunta que gostava de fazer a ambas as bancadas, se possuem dados baseados em estudos concretos sobre o assunto. Saber quantas empresas, quantos empresários, já deixaram de vir para Almeirim por causa da DERRAMA? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Para terminar a discussão deste ponto, vou ainda dar a palavra ao Senhor Deputado Cruz Martins e depois ao Senhor Presidente. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Ainda sobre este assunto, gostaria de lembrar que compete ao Grupo do PS saber quantas empresas e empresários deixaram de vir para o Concelho de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de começar por dizer o seguinte. Paga imposto quem tem lucros. Efetivamente toda a gente sabe, e pegando aqui nas palavras do Senhor Deputado Cruz Martins, e mudando a última palavra “políticas fiscais generosas”, mas políticas fiscais agressivas, que se chama planeamento fiscal que todas as empresas, e aquelas a sério, fazem-no. -----

Já diminuíram o IRC às empresas, não discuto a medida, mas na verdade é que efetivamente só quem tem lucros é que paga impostos. -----

Falando com um conjunto de empresários, a Câmara que tem um papel importante na economia local, pagar a sete dias é importante. É importante pagar depressa para injetar dinheiro na economia. Todos nós sabemos que presentemente não há stocks em



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Portugal, quando alguém quer compara alguma coisa tem de mandar vir, e sabendo que nós pagamos rápido o seu desejo é estarem no nosso território ou serem nossos fornecedores. -----

Mudamos o Regulamento da Zona Industrial, dizendo que quem comprar lotes de terreno e apresentar o projeto em seis meses, não paga taxas urbanísticas, é um apoio! Já fizemos, embora ainda não esteja concretizado porque não se faz as coisas de um dia para o outro, mas já temos um acordo com ISCTE para um centro de startups ou centro de incubação como desejarem chamar, que vai ser em frente ao Posto de Turismo, nas antigas instalações do SANTANDER, numa cedência que foi feita ao próprio ISCTE, criando condições para empresas e futuros empresários. -----

Já temos uma empresa que quer vir para estas instalações na área da agroindústria que ira produzir larvas que depois servem para alimentação animal. O protocolo está feito. Neste caso, o mais complicado era ter uma instituição, que neste caso é de renome, sendo a primeira a nível nacional que na primeira fase preencheu todas as vagas do ensino superior. -----

A questão das políticas fiscais generosas geralmente querem dizer “colocar alguém de joelho”. Se uma empresa diz que só vem para um determinado concelho porque tem incentivos fiscais, esta empresa não faz intenções de estar muito tempo. -----

Nós temos exemplos por este País fora onde isso aconteceu. -----

O último investimento de monta, que foi feito no nosso Concelho é de uma empresa líder de mercado, que gastou alguns cinco milhões de euros em Almeirim, numa unidade. É um grupo que fatura trezentos e cinquenta a quatrocentos milhões de euros por ano. Ninguém me falou da DERRAMA, nem querem saber. O que querem ouvir é; se precisarem de apoio para que os projetos sejam apreciados rapidamente, podem contar com o nosso empenho? É isto que querem ouvir. -----

O Senhor Presidente importasse de ir connosco aos Ministérios bater á porta para que o assunto ande. Nós estamos sempre disponíveis para participara e ajudar. É esta disponibilidade e empenho que os empresários querem de nós. -----

Falei com as organizações de produtores, para lhes dizer que está aqui alguém que pretende comprar ou alugar entre cem a duzentos hectares de terreno para produção de milho, assim com estão disponíveis para comprar milho. -----

Quando falei com esta empresa, ninguém me falou da DERRAMA. -----

Essa coisa de se dizer que é um sinal, é fácil, o problema é que os sinais custam muito dinheiro. Não nos vamos comparar a Oeiras nem a outros sítios, porque esses lugares tiveram lá as empresas todas e estão ao lado de Lisboa. Nós temos parques de negócios no Distrito de Santarém, alguns com meia dúzia de empresas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Terminando, acho que vender o Concelho no bom sentido, obviamente, é aquilo que vamos tentando fazer. Políticas fiscais “generosas”, desculpem, isto é “por de joelhos”, para isto não estou disponível para fazer. Sobre a relação com o Turismo, de facto temos tido uma boa relação com esta entidade, que estamos a aprofundar, inclusive na semana passada tivemos aqui uma reunião com vista à elaboração de um Plano Estratégico. -----

O que estamos a fazer é criar condições para que todos os sectores e entidades partilhem informação e conhecimento para que possam efetivamente juntos remarem para o mesmo lado. -----

Concluindo, isentar as empresas de DERRAMA não é facto decisivo para atrair empresas. Estamos a fazer-lo de outras formas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Depois desta discussão, verificou que a posição dos Senhores Deputados está perfeitamente esclarecida, pelo que estamos em condições de votar este assunto em consciência. -----

----- * **Votação do ponto treze da ordem de trabalhos** - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta de DERRAMA para dois mil e dezasseis, apresentada pelo Executivo Municipal, com dezasseis votos a favor do grupo do PS. Três votos contra da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). Cinco abstenções. Três do grupo da CDU e duas do grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de votos, passamos à apreciação do ponto catorze da ordem de trabalhos. -----

PONTO CATORZE - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,25%. DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, NOS TERMOS A ALÍNEA CCC) DO NÚMERO UM DO ARTIGO TRINTA E TRÊS COM ALÍNEA B) DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E CINCO, AMBOS DO ANEXO I À LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, CONJUGADO COM A LEI NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E QUATRO, DE DEZ DE FEVEREIRO (LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS) E POSTERIORES ALTERAÇÕES, A ULTIMA DAS QUAIS INTRODUZIDA PELA LEI NÚMERO QUARENTA E DOIS BARRA DOIS MIL E TREZE, DE TRÊS DE JULHO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para a apreciação do ponto. -----

Não havendo inscrições, passamos à sua votação. -----

----- * **Votação do ponto catorze da ordem de trabalhos** - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta do percentual de 0,25%. da Taxa Municipal de Direitos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de Passagem a aplicar no Município de Almeirim no ano de dois mil e dezasseis, com vinte e um votos. Dezasseis do grupo do PS, três votos contra da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do grupo do MICA. Três abstenções do grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Seguidamente vamos passar à apreciação do ponto quinze. -----

PONTO QUINZE - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM, CONSTANTES NO EDITAL E NO ANÚNCIO PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA II SÉRIE COM O NÚMERO CENTO E CINQUENTA E OITO NO DIA QUATRO DE AGOSTO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» Sobre este tema , a posição da CDU é sobejamente conhecida. -----

Entendemos que está mais que na hora de se proceder à Revisão do PDM. Não podemos continuar cativos das “dificuldades do processo” com que o executivo responde sempre que esta questão é colocada. Não entendemos porque é que enquanto Almeirim choca com tantos obstáculos, outros municípios já reviram os seus PDM’s e outros estão a fazê-lo. Com certeza que também tiveram que ultrapassar inúmeros obstáculos. -----

Entretanto, enquanto não conseguimos avançar para a revisão do PDM, entretemo-nos a fazer remendos no PUA, transformando-o num documento desconexo e ultrapassado. A passividade e a inoperância da CMA é tão evidente que até a CCDR dá um puxão de orelhas ao executivo quando afirma, e passo a citar: “As alterações pontuais que se vão sobrepondo a planos já desatualizados e até desfasados da realidade do território municipal, não servem um bom ordenamento do território e não revertem em benefício dos munícipes“. -----

Comungamos da opinião da CCDR e estamos disponíveis para colaborar numa revisão do PDM, que já peca por tardia, mas não estamos disponíveis para aprovar revisões a esmo sem qualquer visão de conjunto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Eu sou o primeiro a entende que os planos efetivamente deviam ser revisto na globalidade, concordo com a intervenção do Senhor Deputado Cruz Martins. A verdade é que efetivamente precisamos de ir resolvendo algumas questões, fazendo algumas adaptações. A CCDR o que diz é que podemos faze-lo, embora o que eu gostava seria ouvir a CCDR determinar que a revisão de um PDM tem um ou dois anos para ser executado, e as entidades que tem de dar parecer



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sobre estes assuntos passam a ter um numero de dias ou semanas para dar esse parecer. -----

Se isto não acontecer, nós daqui a vinte anos ainda andamos a rever este e outros PDM's. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação. -----

----- * **Votação do ponto quinze da ordem de trabalhos** - APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, as Alterações ao Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim, com vinte e um votos a favor, dezasseis do grupo do PS, dois do Grupo do MICA e três do grupo Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT). Três votos contra do grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Algum Deputado deseja fazer declaração de votos sobre este assunto? -----

Não havendo declarações de voto para este voto, passamos à apreciação e discussão do último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO DEZASSEIS - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM PARA QUE AUTORIZA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA CONSTRUÇÃO DO COMANDO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DO DISTRITO DE SANTARÉM, O QUAL IMPLICARÁ A REPARTIÇÃO DE DESPESA EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO, NOS TERMOS DO NÚMERO UM DO ARTIGO VINTE E DOIS DO DECRETO-LEI NÚMERO CENTO E NOVENTA E SETE BARRA NOVENTA E NOVE, DE OITO DE JUNHO, EM VIGOR POR REMISSÃO DA ALÍNEA F) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CATORZE DO DECRETO-LEI DEZOITO BARRA DOIS MIL E OITO, DE VINTE E NOVE DE JANEIRO, E CONCEDA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO NÚMERO UM, DO ARTIGO SEIS, DA LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, REPUBLICADA PELA LEI NÚMERO VINTE E DOIS BARRA DOIS MIL E QUINZE, DE DEZASSETE DE MARÇO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes dar a palavra para a discussão deste ponto, quero dar conhecimento que entro na Mesa um requerimento para prolongamento da sessão por mais quinze minutos para permitir a conclusão dos trabalhos. -----

----- * **Votação do requerimento para prolongamento da ordem de trabalhos** - APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para discussão do ultimo ponto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Inicialmente veio à Assembleia de junho um pedido de plurianualidade com um determinado valor, entretanto o projeto estava pensado dessa forma, entretanto a Autoridade de Proteção Civil foi solicitando um conjunto de alterações e adaptações ao mesmo, até porque este Comando Distrital tenderá a ser o protótipo que desejam usar para o resto do País, e isso implicou um conjunto de necessidades importantes, e que nesta fase acaba por encarecer o projeto, daí a alteração para os novecentos e cinquenta mil euros. Implica naturalmente, em termos de plurianualidade uma alteração, sendo certo que estes valores são tetos, que certamente serão mais baixos na altura da abertura das propostas de concurso. Estas são as razões para esta aqui novamente na Assembleia. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Estão abertas as inscrições. -----

CRUZ MARTINS (Grupo da CDU) »» A pergunta que gostaria de fazer é a seguinte. Estamos a passar de setecentos e noventa mil euros para novecentos e cinquenta mil euros. O Senhor Presidente diz que estes valores são tetos. No entanto o valor aprovado inicialmente também era o teto e pelos visto foi ultrapassado. Há alguma garantia ou existe alguma informação que este valor é uma solução definitiva ou vamos assistir a mais revisões neste tipo de investimento? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Esta é uma questão definitiva, estamos a falar de orçamentação que depois vai para concurso público. O que tem acontecido, por norma e tendo em conta a atualidade económica do País em termos de obras, temos tido propostas com trinta e algumas vezes quarenta por cento a menos, que é o mínimo que pode descer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação do último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- * **Votação do ponto dezasseis da ordem de trabalhos** - APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a proposta de retificação da Câmara Municipal de Almeirim para que autorize a abertura de procedimento de concurso público, para Construção do Comando Distrital de Operações de Socorro do Distrito de Santarém, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis do grupo do PS, três do grupo da CDU e três da coligação Amar a Terra (PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e dois do Grupo MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de terminar esta sessão, permitam-me o atrevimento de vos dirigir uma saudação especial para enfatizar uma coisa que entendo ser muito importante. Apesar da diferença que existe entre nós, é possível discutir com urbanidade e profundidade, com aconteceu hoje em relação a todos os pontos da Ordem de Trabalhos. Muto obrigado. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não havendo inscrições para intervenções no período do público, aproveito para vos desejar uma boa noite. -----

Às zero horas e doze minutos do dia um de outubro de dois mil e quinze, deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
